

**MODERNIZAÇÃO ANTAGÔNICA DO TERRITÓRIO NO
SUDESTE PARAENSE: UMA ANÁLISE DO CIRCUITO
INFERIOR EM PARAUPEBAS-PA**

**ANTAGONIC MODERNIZATION OF THE TERRITORY IN
SOUTHEAST PARAENSE: AN ANALYSIS OF THE LOWER
CIRCUIT IN PARAUPEBAS-PA**

Walison Silva Reis¹ & Jailson Macedo de Sousa²

¹Professor de Geografia do Instituto Federal do Amazonas
Campus Coari – IFAM/CCO
Doutorando em Geografia - Universidade Federal do Pará - PPGeo/UFGPA, Brasil
E-mail: walisonrs@ifam.edu.br

²Professor Adjunto II
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), Brasil
E-mail: geoparsagada@gmail.com

Recebido 30 de Dezembro de 2018, aceito 12 de Julho de 2020
DOI: <https://doi.org/10.26512/2236-56562020e40182>

Resumo: O presente artigo tem como proposta discutir o circuito inferior da economia urbana do município de Parauapebas-PA, local este que sedia os principais projetos de mineração do Sudeste do Pará, comandado pela Companhia Vale S.A. Parauapebas tem conjugado as contradições das atividades modernas da política mineradora, focadas no comércio externo, e as pequenas atividades não modernas, pouco capitalizadas e de baixa organização, ligadas à vida local da cidade e/ou da região, constituindo-se, desse modo, um espaço antagônico. A discussão do artigo mostra-se relevante por contribuir no entendimento da organização das atividades do circuito inferior da cidade de Parauapebas, como também por demonstrar que tais atividades são geradoras de empregos e renda, condição esta não restrita somente à moderna indústria mineradora.

Palavras chave: Modernização. Sudeste do Pará. Mineradora Vale S.A. Parauapebas. Circuito Inferior.

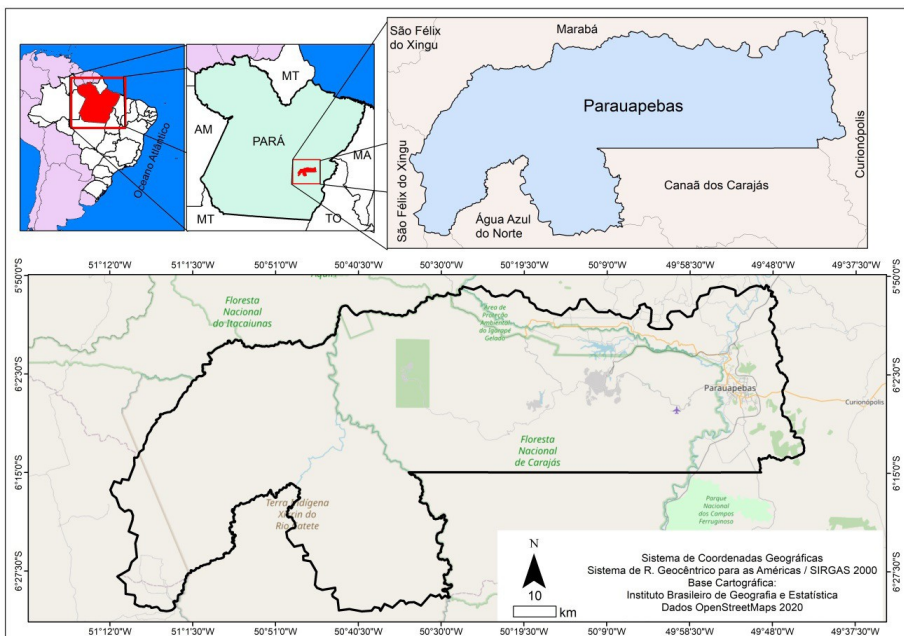
Abstract: The purpose of this article is to discuss the lower circuit of the urban economy of the municipality of Parauapebas-PA, which is the site of the main mining projects in the Southeast of Pará, run by Companhia Vale SA Parauapebas has conjugated the contradictions of modern mining policy activities, focused on foreign trade, and small, non-modern, low-capitalized, low-level activities linked to the local life of the city and / or the region, thus constituting an antagonistic space. The discussion of the article is relevant because it contributes to the understanding of the organization of the activities of the lower circuit of the city of Parauapebas, as well as to demonstrate that such activities generate employment and income, a condition that is not restricted to the modern mining industry.

Keywords: Modernization. Southeast of Pará. Mineradora Vale S.A. Parauapebas. Lower Circuit.

INTRODUÇÃO

A concepção de Amazônia como fronteira de recurso, difundida pelo estado modernizador a partir da segunda metade do século XX, teve como finalidade integrá-la no cenário produtivo nacional e mundial. Desse modo, modernas e burocratas instituições públicas, como Banco da Amazônia (Basa), Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e o Plano de Integração Nacional (PIN) passaram a responder, financeira e politicamente, pelo planejamento do desenvolvimento regional da Amazônia, constituindo-a, assim, como denominam Becker (1982, 1997), Browder e Godfrey (2006), numa “fronteira corporativista” em que a reorganização da região passou ser comandada pelos interesses das grandes empresas capitalistas, tanto públicas quanto privadas.

É a partir desse cenário que o Sudeste do Pará, como os demais subespaços da Amazônia, passa a ser palco de profundas alterações na sua paisagem, sendo esta não mais exclusiva das feições da natureza, mas progressivamente imposta pelo capital para atender sua reprodução. Estradas, ferrovias, hidrelétricas, monoculturas, pastagem, pontes, redes de eletricidade, indústrias de mineração, cidades etc., são os novos elementos do território a engendrar novas características e relações socioespaciais na região. Nesse contexto, é válido ressaltar o papel de destaque da atividade de mineração no Sudeste do Pará, em particular no município de Parauapebas (**Ver Mapa 1**), comandada pela empresa Vale S.A.¹ - antiga Companhia Vale do Rio Doce (CVRD).



Mapa 1: Parauapebas - localização geográfica

¹ No ano de 1997 a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) é privatizada e, em 2007, a ex-estatal passou ser denominada somente de Vale S.A (VALE, 2012, p. 77).

Diante do exposto, o presente artigo, com base na teoria dos circuitos da economia urbana, consiste em compreender as expressões das atividades integrantes do circuito inferior de Parauapebas, uma vez que essa economia tem desempenhado um importante papel na absorção da mão de obra e na geração de renda para os excluídos ou que vivem à margem da moderna indústria de mineração, que corresponde ao circuito superior. Para alcançar o objetivo proposto, foi utilizada a aplicação de questionários junto aos empreendimentos da economia pobre. É válido destacar que o estudo não tem o intuito de estabelecer uma representação quantitativa rígida, mas sim de apreender, qualitativamente, processos e características das diversas manifestações do circuito inferior encontradas no município.

O texto, além desta introdução e das considerações finais, está organizado em três seções. Na primeira, é estabelecida uma discussão sobre a influência da empresa Vale S.A. em Parauapebas, destacando a evolução demográfica e o forte peso econômico que o município tem no estado, decorrente exclusivamente da extração e exportação do de minério de ferro. Na segunda seção, é realizado um debate sobre a teoria dos dois circuitos da economia urbana como instrumento para a compreensão do espaço urbano de Parauapebas enquanto uma arena contraditória e desigual. Na terceira seção, são descritas as características das atividades do circuito inferior realizadas em Parauapebas.

ATIVIDADE MINERADORA E SUAS IMPLICAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE PARAUAPEBAS

O município de Parauapebas é resultado direto de uma modernização seletiva e corporativa do território, advinda da moderna indústria mineral. Por comportar

os principais empreendimentos de mineração da antiga Vale S.A.² no Sudeste do Pará, tais como: Projeto Salobo, Projeto Manganês do Azul, Projeto Manganês do Buriti, Projeto Minas N4 e N5, o município sofre diretamente os efeitos da atividade. O crescimento demográfico e as implicações de ordem econômica são os sinais mais evidentes da indústria de mineração na organização espacial do município (COELHO, 2005; VALE, 2014).

No que tange à evolução demográfica de Parauapebas, concordamos com Piquet (1998) quando afirma que o espaço onde se implanta um grande empreendimento caracteriza-se por uma estrutura demográfica atípica. Com a privatização da CVRD e com os lançamentos dos novos projetos minerários, tem sido constante e volumoso o número de deslocamento de pessoas advindas de todas as partes do país, não só para o município de Parauapebas, mas também para outras cidades da região Sudeste do Pará, que também sediam grandes projetos minerários da Vale S.A., como Marabá e, recentemente, Canaã dos Carajás, na perspectiva de encontrar um emprego na grande mineradora ou nas suas subcontratadas e assim melhorar de vida. Esse deslocamento de pessoas em direção a Parauapebas pode ser visualizado pela tabela 1 que descreve a população do município de Parauapebas conforme o local de origem.

Como pode-se observar, 72,92% da população é constituída por não naturais e apenas 27,08% por naturais. O município se destaca também pelos maiores percentuais de população nascida em outras unidades da federação: cerca de 55,91% da população residente em Parauapebas não é paraense.

² O Complexo Minerador de Carajás, do Sistema Norte da Companhia Vale, no município de Parauapebas, é o maior produtor de minério de ferro em operação no mundo. Engloba a operação simultânea de cinco minas a céu aberto: N4E, N4W, N5E, N5W e N5 Sul. Segundo dados da empresa referente à produção -, das minas ferríferas de Carajás saem, anualmente, aproximadamente 35% do minério de ferro produzido pela Companhia. Em 2013, o Complexo Minerador de Carajás produziu 104,9 milhões de toneladas métricas de minério de ferro (VALE, 2014, p. 16).

Tabela 1: Parauapebas - População municipal por local de origem - 2010

População total	153.908	(%)
Naturais do município	41.672	27,08
Não naturais do município	112.236	72,92
Naturais da unidade da federação	67.863	44,09
Não naturais da unidade federação	86.045	55,91

Fonte: IBGE/Censo Demográfico (2010)

Diante dos dados, concordamos com Souza (2014) quando assevera que o forte crescimento populacional de Parauapebas pode ser explicado pelo significativo processo migratório. A tabela 2 ilustra a evolução demográfica de Parauapebas que, de acordo com o critério quantitativo de classificação do IBGE, tornou-se uma cidade média em curto espaço de tempo.

Tabela 2: Parauapebas - Evolução da população total, área e densidade demográfica-1991/2010

Ano	População	Área (Km²)	Densidade (Hab/km²)
1991	53.335	17.653,76	3,02
1996	63.563	7.077,20	8,98
2000	71.591	7.046,70	10,16
2007	133.298	7.046,70	18,92
2010	153.908	6.957,32	22,12

Fonte: IBGE/Censo Demográfico (1991/2010)

A evolução populacional de Parauapebas é um fato que chama muita atenção, pois conforme os dados, nota-se que a população triplicou em menos de 20 anos. Entre os anos de 1991 e 2000, a população do município cresceu a uma taxa média anual de 7,77%, enquanto o crescimento médio do Brasil foi de 1,63% no mesmo período. Entre 2000 e 2010, a população aumentou uma taxa de 7,96%, enquanto esse índice no Brasil foi de 1,17%, no mesmo período.

Os números apresentados confirmam o que Becker (1982; 2013) já vinha

destacando em seus diversos estudos sobre a Amazônia, isto é, o forte crescimento demográfico é um dos aspectos importantes para entender o processo de reorganização da região. A exemplo do que ocorreu em outros núcleos urbanos, em especial aqueles que sediam grandes projetos econômicos, o município de Parauapebas tem registrado um crescimento populacional superior, inclusive, à taxa nacional.

De acordo com os dados da tabela 3, percebe-se que em 1991 havia equilíbrio entre a população urbana e a rural. Porém, a partir de 2000 ocorreu um desequilíbrio em relação a essa proporção, sendo que desse ano em diante, 82,75% da população passou a se concentrar no espaço urbano e 17,25% na área rural. Em 2010 o percentual da população rural caiu ainda mais, para 9,89%, enquanto o número de habitantes no espaço urbano aumentou para 90,11%. Esses dados demonstram que a população total de Parauapebas concentra-se quase em sua totalidade na área urbana.

Tabela 3: Parauapebas - Evolução da população urbana e rural -1991/2010

Ano	Urbana	%	Rural	%
1991	27.443	51,45	25.892	48,55
1996	38.842	61,11	24.721	38,89
2000	59.239	82,75	12.352	17,25
2007	118.847	89,16	14.451	10,84
2010	138.690	90,11	15.218	9,89

Fonte: IBGE/Censo Demográfico (1991/2010)

A condição de Parauapebas como território de uso corporativo da indústria de mineração tem repercutido no seu crescimento econômico. A tabela 4 descreve a evolução do município na participação no Produto Interno Bruto (PIB) do estado, que expõe Parauapebas como a segunda colocada na participação do PIB do Pará, ficando atrás somente da capital Belém.

Tabela 4: Pará - Evolução dos 10 municípios com maiores PIB, a preço de mercado corrente - 2012/2016

Municípios	2012	2013	2014	2015	2016
Belém	26.362.015	27.139.286	28.687.488	29.215.036	29.426.953
Parauapebas	19.080.395	20.198.715	15.561.713	11.184.354	12.638.246
Ananindeua	5.114.549	4.900.297	5.772.894	6.222.672	6.710.890
Marabá	4.170.451	5.739.901	6.313.839	7.305.741	7.479.675
Tucuruí	2.922.725	3.655.059	2.950.660	4.409.818	4.353.669
Santarém	3.255.042	3.433.607	3.785.536	3.970.093	4.573.180
Barcarena	2.006.449	2.658.97	3.902.985	5.513.144	5.012.997
Canaã dos Carajás	3.207.827	3.483.478	2.802.921	3.478.390	2.343.474
Castanhal	2.349.756	2.437.327	2.709.860	3.207.269	3.602.939
Altamira	2.206.576	3.094.031	3.948.811	3.201.408	2.472.773
Pará	107.080.881	121.224.847	124.584.945	130.899.505	138.068.008
Participação (%)					
Municípios	2012	2013	2014	2015	2016
Belém	24,61	22,38	23,02	22,31	21,31
Parauapebas	17,81	16,66	12,49	8,54	9,15
Ananindeua	4,77	4,04	4,63	4,75	4,86
Marabá	3,89	4,73	5,06	5,58	5,41
Tucuruí	2,72	3,01	2,36	3,36	3,15
Santarém	3,03	2,83	3,03	3,03	3,31
Barcarena	2,99	2,87	2,24	2,65	3,63
Canaã dos Carajás	2,99	2,87	2,24	2,65	1,69
Castanhal	2,19	2,01	2,17	2,45	2,6
Altamira	2,06	2,55	3,16	2,44	1,79
Pará	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: FAPESPA (2012/2016)

Parauapebas lidera o *ranking* estadual do setor industrial, essa grande participação do município na indústria do estado fica mais evidenciada quando se compara com a participação de 11,77% da capital Belém, a segunda colocada do *ranking* no PIB industrial do Pará. No quadro 1 observa-se a discrepância da força industrial entre Parauapebas e os demais municípios, demonstrando que o centro do poderio industrial do estado estabelece-se, precisamente, na cidade de Parauapebas.

Quadro 1: Pará - Ranking dos 10 maiores municípios no Valor Adicionado (VA) do setor industrial - 2015/2016

2015				2016			
Ranking	Municípios	VA Indústria (R\$ Mil)	Part (%)	Ranking	Municípios	VA Indústria (R\$ Mil)	Part (%)
1	Parauapebas	6.980.216	21,03	1	Parauapebas	8.071.928	25,6
2	Belém	4.350.671	13,1	2	Belém	3.712.214	11,77
3	Tucuruí	3.313.252	9,98	3	Tucuruí	3.167.467	10,04
4	Barcarena	2.897.486	8,73	4	Marabá	2.697.333	8,55
5	Marabá	2.819.680	8,49	5	Barcarena	2.290.110	7,26
6	Canaã dos Carajás	2.412.614	7,26	6	Canaã dos Carajás	1.212.664	3,84
7	Altamira	1.197.182	3,6	7	Ananindeua	1.042.975	3,3
8	Ananindeua	1.129.731	3,4	8	Paragominas	804.056	2,55
9	Paragominas	804.056	2,42	9	Oriximiná	698.559	2,21
10	Oriximiná	661.437	1,99	10	Altamira	571.389	1,81
Pará		33.186.298	100	Pará		31.519.925	100

Fonte: FAPESPA (2015/2016)

Esses dados apresentados acima são usados, muitas vezes, por seus governantes em publicidades definindo o município como território de economia forte. Tal representação refere-se somente à divisão do trabalho hegemônica, mais especificamente à grande mineração. Todavia, a cidade abriga divisões de trabalho, escoradas em baixos níveis de capital, de tecnologia e de organização, e que podem, por sua natureza, ser caracterizados como atividades de uso não hegemônicas. Essas atividades de uso não hegemônicas ou de economia pobre tem grande papel na organização da cidade, uma vez que visam suprir

as demandas locais e garantir a sobrevivência da população excluída ou não inserida na grande indústria de mineração, que corresponde ao circuito superior.

CIRCUITO SUPERIOR E INFERIOR DA ECONOMIA URBANA: UMA PROPOSTA PARA COMPREENDER O ESPAÇO URBANO

Pensando a cidade enquanto espaço banal, ou seja, um espaço marcado pela coexistência do diverso, da cidade enquanto arena de relações dialéticas, Santos (2008) formula a teoria dos dois circuitos da economia urbana, na qual entende que o espaço urbano dos países pobres é segmentado pela existência de dois circuitos socioeconômicos: o circuito superior e o circuito inferior.

O circuito superior é constituído pelos “[...] bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadoras” (SANTOS, 2008, p. 40). São atividades geralmente orientadas sob comando e demandas externas e que possuem uma racionalidade no uso da tecnologia em sua organização. Já o circuito inferior “[...] é constituído basicamente por formas de fabricação não capital intensivo, pelos serviços não-modernos fornecidos a varejo e pelo comércio não-moderno e de pequena dimensão” (SANTOS, 2008, p. 40). São atividades enraizadas no próprio lugar, as quais visam atender necessidades da população local. Há também a existência de um circuito superior marginal, caracterizado por formas mistas de trabalho e que muitas vezes possuem organização e técnica, mas não funcionam com a mesma racionalidade e o mesmo caráter corporativo dos agentes hegemônicos da economia (SANTOS, 2008).

Em síntese, o circuito superior é aquele que abrange as atividades atreladas à expansão do meio técnico-científico-informacional (capital intensivo), com vista a maximização do capital; e o circuito inferior é aquele que comporta atividades de pouca organização, menos capitalizadas (trabalho intensivo) e de expressão

local ou regional, tendo como preocupação primeira assegurar a sobrevivência cotidiana (SANTOS, 2008; PEREIRA, 2009; SILVEIRA, 2015).

Com a teoria dos dois circuitos, Santos (2008) revela que a cidade não é produzida somente pelas grandes empresas que expressam os interesses dos atores hegemônicos, mas também pelas pequenas atividades representantes da economia popular realizadas pelos agentes não hegemônicos, por pessoas pobres que buscam sua sobrevivência baseadas em criatividade e arranjos diferentes da organização engessada e burocrática, que caracteriza as grandes empresas. Desse modo, Santos (2008, p. 277) sintetiza “[...] a organização do espaço pelos dois circuitos compreende: 1) as atividades capazes de uma macro-organização do espaço; 2) as atividades incapazes de uma macro-organização do espaço”.

Outro ponto a ser ressaltado é que a teoria dos dois circuitos, além de fazer a distinção entre as atividades econômicas, prevê também a diferenciação entre a população ligada a cada um dos circuitos, ou seja, os dois circuitos explicam as diferenças quantitativas e qualitativas no acesso de consumo de bens e serviços, como assevera Santos (2008, p. 37):

A existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de minoria com rendas muito elevadas, cria na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que tendo as mesmas necessidades, não têm condições de satisfazê-las. Isso cria ao mesmo tempo diferenças quantitativas e qualitativas no consumo. Essas diferenças são causa e o efeito da existência, ou seja, da criação ou da manutenção, nessas cidades, de dois circuitos de produção, distribuição e consumo dos bens e serviços.

Contudo, é preciso esclarecer que esse condicionamento não é hirto, podendo assim todas as classes da sociedade consumirem fora do âmbito do circuito ao qual estão ligadas. Sobre essa questão, Santos (2008, p. 261) comenta: “[...] a própria existência de uma classe média impede falar em circuitos fechados. Seu consumo dirige-se a um ou outro circuito com frequências variáveis”.

Para Montenegro (2006, p. 12), analisar a cidade a partir do olhar da teoria dos circuitos da economia urbana revela-nos que a cidade não é um todo homogêneo, não podendo, portanto, ser identificada como uma única área em que só se realiza o trabalho mais moderno. Em outras palavras, a cidade é constituída por diferentes mercados e por distintas divisões do trabalho. Assim, para Montenegro (2006), análises que generalizam o setor moderno da economia urbana com a cidade como um todo, desconsiderando o circuito inferior, são incompletas.

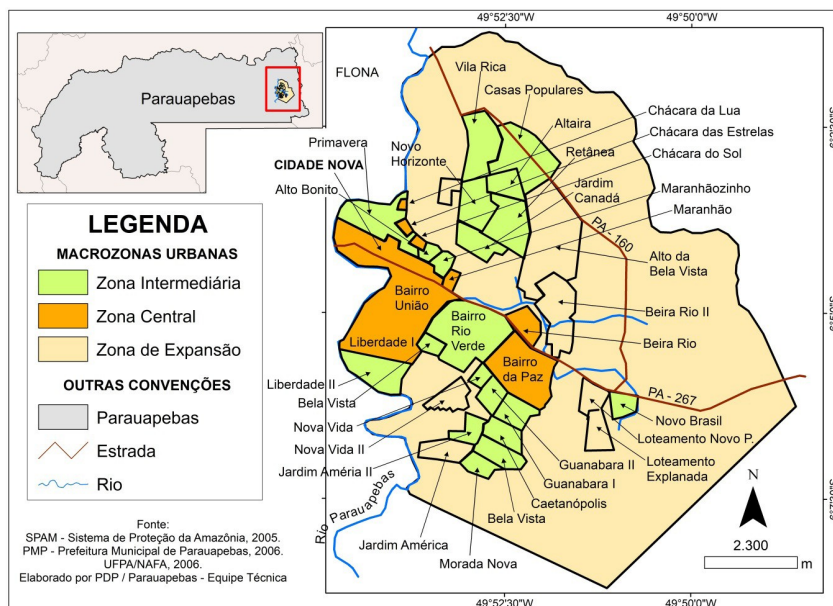
EXPRESSÕES DO CIRCUITO INFERIOR NO ESPAÇO URBANO DE PARAUAPEBAS

Para compreender a cidade de Parauapebas sob a perspectiva do circuito inferior, ou seja, para além da grande mineração, a pesquisa empírica foi necessária, uma vez que as informações disponibilizadas pelos órgãos oficiais, quando não existentes, mostraram-se insuficientes. A investigação empírica foi baseada na observação, na aplicação de questionários e na realização de entrevistas tendo como propósito levantar e avaliar as questões referentes aos seguintes aspectos das atividades econômicas do circuito inferior de Parauapebas: grau de organização dos estabelecimentos, os recursos usualmente empregados, os tipos de mercadorias comercializadas, o perfil da mão de obra adotada, o valor do capital investido, bem como as estratégias de publicidade realizada, os aspectos

do mercado e as relações estabelecidas com o poder público. Nesse sentido, a discussão aqui levantada é de caráter qualitativo, tendo como intenção elaborar uma análise sistemática capaz de compreender as estratégias de sobrevivência praticadas pela população pobre.

A pesquisa pautou-se apenas nas atividades que ocupam pontos fixos, especificamente prédios comerciais, stands, tendas e atividades que ocupam boxes em mercados públicos e galerias, não sendo incluídas no levantamento as atividades desenvolvidas por vendedores ambulantes. Dentre os estabelecimentos comerciais analisados, foram encontradas as seguintes modalidades de venda: confecções, calçados, bolsas, brinquedos, presentes, artigos eletrônicos, acessórios de celulares, acessórios automotivos, artigos de papelaria, produtos importados, utensílios domésticos, armarinhos, cosméticos, agropecuários, farmácias, produtos usados (confecção, móveis, eletrônicos e eletrodomésticos), artesanatos e ervas medicinais. Nos pequenos estabelecimentos de prestação de serviços, foram aplicados questionários em lanchonetes, restaurantes, padarias, assistência técnica de aparelhos celulares, telecomunicação e informática, barbearia, salão de cabeleireiro, fotocopadora, oficinas de automóveis, motocicletas, bicicletas e ourivesaria.

O município de Parauapebas, de acordo com o Plano Diretor Municipal (2006), é dividido em três macrozonas urbanas: Zona Central, Zona Intermediária e Zona de Expansão (**Ver Mapa 2**). Para a pesquisa empírica, foi selecionada a Zona Central e a Zona Intermediária por constituírem espaços mais representativos da ocorrência do circuito inferior da economia urbana. A Zona de Expansão, que é de ocupação recente, ainda não possui espaços de ocorrência significativa de atividades do circuito inferior, mas sim uma ocorrência tímida e muito dispersa de atividades desta natureza e, por essa razão, não foi eleita para a pesquisa.



Mapa 2: Parauapebas - Macrozonas urbanas

Na Zona Central, foi escolhido o bairro Cidade Nova, que é o centro comercial e a parte de ocupação mais antiga de Parauapebas. Na Zona Intermediária, foi selecionado o bairro Rio Verde, que é um dos primeiros bairros de Parauapebas e que também exerce função de centro comercial. Durante os trabalhos de campo, foram aplicados 88 questionários junto aos empreendimentos típicos do circuito inferior da economia urbana, sendo 38 no bairro Cidade Nova e 50 no bairro Rio Verde. Como forma de complementar a coleta de dados, foram aplicados questionários também nas entidades representativas do comércio popular em Parauapebas: a Associação dos Trabalhadores Autônomos no Comércio Informal de Parauapebas (Atacip) e a Cooperativa dos Feirantes de Parauapebas (Cooperfeira).

Tendo apresentado as áreas selecionadas da pesquisa empírica, iremos discutir agora as características do circuito inferior da economia urbana em Parauapebas.

UMA ECONOMIA DE POUCO CAPITAL E DE POUCA ORGANIZAÇÃO

Para implantação dos seus pequenos negócios, a maioria (76%) dos proprietários pesquisados informou ter iniciado com quantias pouco expressivas, evidenciando umas das principais especificidades do circuito inferior, visto que é o trabalho o seu fator determinante, ao contrário do circuito superior, caracterizado pela necessária mobilização de um capital significativo (SANTOS, 2008, p. 203). Entre as atividades que tiveram um investimento inicial muito baixo, foi identificada uma pequena barbearia cujo valor inicial aplicado pelo proprietário no período - no ano de 2010 - foi de R\$ 200,00. A pesquisa também encontrou atividades nas quais o investimento inicial foi apenas a força de trabalho e o uso de algumas ferramentas improvisadas, como foi o caso de uma oficina de consertos de painéis usadas e de uma oficina de consertos de sapatos e sandálias usadas.

Todavia, algumas atividades tiveram investimentos relativamente altos (como, por exemplo, uma loja de aparelhos de som, cujo montante investido pelo proprietário na época - no ano de 2009 - foi em torno de R\$ 50 mil). A pesquisa de campo constatou que muitos proprietários, por serem migrantes, obtiveram o capital inicial decorrente da venda de algum patrimônio no município de origem como: casa, terreno, carro, motocicleta, móveis e eletrodomésticos. Há também aqueles que conseguiram o investimento inicial a partir de empréstimos com familiares ou com amigos.

Quanto ao capital atual acumulado, muitos dos proprietários pesquisados não souberam informar o valor exato, sendo comum relatar o valor aproximado, geralmente superior ao capital inicial, revelando assim, certo crescimento da atividade. Entretanto, foram encontradas situações em que houve pouca diferença do investimento inicial para o capital atual acumulado, nesses casos

a explicação deve-se, comumente, ao fato de a atividade ser a única fonte de renda da família, não havendo geralmente ajuda do cônjuge ou dos filhos na renda familiar. Tal situação sobrecarrega a atividade como fonte de geração de renda, impossibilitando, assim, um maior investimento na atividade e, por consequência, o seu crescimento.

Conforme as informações obtidas com a aplicação dos questionários, a maioria dos imóveis - 39% - (Gráfico 1), tanto do bairro Cidade Nova como do bairro Rio Verde, são alugados e por preços muito variados que chegam entre R\$ 500,00 a R\$ 4 mil mensais. No bairro Rio Verde, o custo dos aluguéis tende a concentrar os valores mais elevados, na faixa de R\$ 4 mil. E 29% dos pequenos negócios pesquisados, os imóveis são próprios, ou seja, os proprietários são donos dos imóveis. Há que se destacar a existência de espaços cedidos pela prefeitura para realização de atividades do circuito inferior. Esses espaços, como é o caso principalmente da Feira do Produtor Rural e o Mercado Municipal de Parauapebas, os proprietários não pagam aluguel ou algum tipo de taxa, representados por 32% dos imóveis pesquisados.

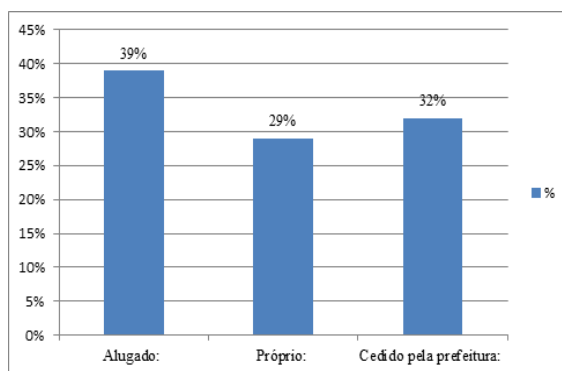


Gráfico 1: Faixas de imóveis alugados, próprios e cedidos pela prefeitura. Fonte: Dados organizados pelo autor com base no trabalho de campo

Apesar dos imóveis apresentarem uma infraestrutura antiga, pequena e muitas das vezes precária, sendo alguns até de madeira e construídos à margem de riachos, como é o caso de determinados pequenos empreendimentos de compra e venda de móveis usados no bairro Rio Verde, grande parcela dos proprietários pesquisados considerou a infraestrutura adequada para realização das atividades. Por outro lado, uma minoria afirmou que não acha justo o preço cobrado do aluguel, em razão da infraestrutura pequena e precária. Os proprietários informaram que pagam valores considerados abusivos tão somente por causa da localização do estabelecimento (com grande circulação de pessoas).

Relações financeiras e crédito

No período atual denominado por Santos (1996) de técnico-científico-informacional, os dois circuitos da economia urbana se ressignificam, incitando assim a necessidade de novas investigações e atualizações. Para Silveira (2015), a apropriação e expansão do uso de tecnologias no âmbito dos homens lentos e opacos expressam um dos aspectos a serem debatidos nos estudos dos dois circuitos da economia urbana no momento atual.

O circuito inferior tem tido uma desenvoltura dinâmica e de constante atualização, se apropriando das técnicas modernas do circuito superior. O uso de máquinas de cartão de crédito e débito como formas de pagamento vem se fazendo muito presente no circuito inferior, gerando assim mudanças na sua organização, que ainda se baseia em formas de pagamento tradicionais como o fiado.

Num complexo processo de produção de inovações tecnológicas e de produção de consumidores em todas as camadas sociais e lugares, poderíamos assinalar variáveis que ficam restritas à

economia superior e outras que se banalizam. Para não perder o passo, as divisões sociais e territoriais do trabalho não hegemônicas precisam incorporar alguns elementos da modernidade. Daí a dominância das variáveis, ainda que essa adesão torne envelhecida a variável e, antecipando-se, o circuito superior crie novos elementos modernos para determinar novas transformações (SILVEIRA, 2015, p. 251).

A aplicação dos questionários revelou que os pagamentos, seja aos fornecedores, seja por parte dos consumidores, dá-se de maneira diversa. No caso dos pagamentos efetuados pelos consumidores, ocorre principalmente em dinheiro, em cartão de crédito ou débito (especialmente as bandeiras Visa e Master Card, mais difundidas entre os agentes do circuito). Já o praticado pelos fornecedores se perfaz em depósitos, cheques, duplicatas, cartões de crédito e débito, ainda que os boletos e pagamentos em dinheiro sejam a forma mais usual.

Os dados dispostos no gráfico 2 ilustram que 45% dos pagamentos feitos pelos clientes nos pequenos estabelecimentos pesquisados são realizados exclusivamente em dinheiro e 33% acontece em dinheiro e cartões de crédito e/ou débito. É válido destacar que a modalidade de pagamentos em cartões de crédito e/ou débito apresenta tendência a aumentar. Isso porque os proprietários dos pequenos negócios que não oferecem esse tipo de pagamento informaram que pretendem aderir ao sistema, uma vez que têm deixado de vender ou de prestar serviços por não oferecerem tal modalidade de pagamento aos seus clientes.

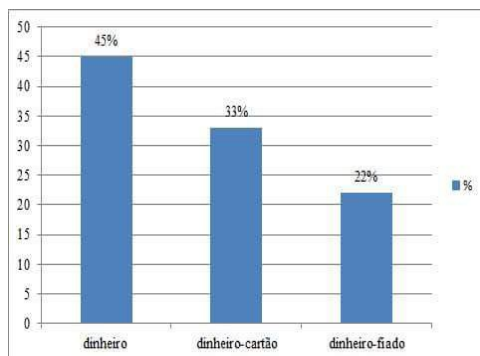


Gráfico 2: Formas de pagamentos. Fonte: Dados organizados pelo autor com base no trabalho de campo

Apesar de os sistemas modernos de financiamento e crédito fazerem parte cada vez mais do cotidiano comercial do circuito inferior, particularmente com o uso dos cartões de crédito e de débito, a pesquisa de campo constatou que em 22% dos pequenos negócios das áreas pesquisadas, o pagamento é realizado somente em dinheiro e no popular “fiado” - que consiste num pagamento adiado e geralmente dividido em parcelas - como forma de viabilizar as vendas de gêneros mais caros. O fiado é um acordo financeiro baseado na solidariedade, na proximidade e principalmente no sentimento de confiança ao próximo. Porém, os comerciantes e fornecedores pesquisados oferecem esse tipo de pagamento somente às pessoas mais próximas e conhecidas de longa data.

Se o sentido de lucro no circuito superior refere-se, fundamentalmente, à acumulação de capital para a continuidade das atividades e sua automação, o circuito inferior é voltado, sobretudo, para a garantia da sobrevivência cotidiana (SANTOS, 2008). Dessa forma, os proprietários dos pequenos negócios pesquisados informaram que o lucro é usado para o consumo familiar e para a manutenção ou pequenos investimentos na própria atividade. Alguns afirmaram destinar uma parte dos lucros (quando possível) para o pagamento da faculdade

dos filhos, para a compra de um terreno ou automóvel, bem como para a construção ou reforma da casa própria, permitindo-nos concluir que as atividades são potencialmente geradoras de renda e que garantem a manutenção da família.

Características da mão de obra empregada

Tornar-se dono do seu próprio negócio, e, conseqüentemente, não ter de conviver com a figura do patrão e manter horários flexíveis foram as respostas oferecidas por muitos dos proprietários pesquisados sobre o interesse e o desejo que orientaram a se tornarem autônomos. A possibilidade de ir para o trabalho no dia e no horário que quiser foi um discurso muito utilizado para justificar o benefício de ser dono do próprio negócio. Todavia, muitos informaram que esses benefícios permanecem somente no discurso, pois na prática essa flexibilidade não existe, uma vez que o pequeno negócio, na maior parte das vezes, é a única fonte de renda que garante a sobrevivência da família, mobilizando, assim, muito tempo e dedicação, ou seja, muito trabalho. Os pequenos comerciantes e prestadores de serviços que pagam aluguel afirmaram que a dedicação e o esforço são fundamentais, visto que a atividade, além de ser o único meio de sobrevivência, é, em grande parte, voltada ao pagamento do aluguel do ponto comercial.

É válido destacar que as ocupações anteriores dos comerciantes e prestadores de serviços dos estabelecimentos pesquisados são bem plurais, desde extralanhadores (operadores de máquinas pesadas, mecânicos, soldadores e pedreiros) das empreiteiras responsáveis pela construção dos empreendimentos da ex-estatal na década de 1980, como também no período recente. Há, nesse sentido, indivíduos que anteriormente atuavam como garimpeiros, madeireiros, serralheiros, agricultores, peões de fazenda, pedreiros, vendedores, cabeleireiros, manicures e vendedores ambulantes.

Constatou-se que os trabalhadores que desenvolvem em Parauapebas as mesmas ocupações no circuito inferior praticadas no local de origem, na sua maioria deslocaram-se à cidade já com esse objetivo, uma vez que viram no município, muitas das vezes apoiado em informações de familiares e amigos já residentes na cidade, uma maior possibilidade de rendimento financeiro, portanto, de melhora de condições de vida.

Outro aspecto percebido é que grande parte dos estabelecimentos analisados conta apenas com a mão de obra do proprietário. Todavia, encontramos estabelecimentos, em especial, aqueles organizados em prédios comerciais e que exercem a venda de roupas, calçados, bolsas, acessórios, etc., que chegam a empregar até três funcionários com registro na carteira, representando 19% dos estabelecimentos analisados.

Entretanto, a pesquisa identificou outras formas de remunerações para além daquelas estabelecidas com registro na carteira, as remunerações baseadas por meio de acordos entre o proprietário e funcionário (sem registro na carteira), como é o caso da diária em que o patrão geralmente paga de R\$ 25,00 a R\$ 30,00, por um dia de trabalho. Essa forma de pagamento parece ser prática comum em pequenos estabelecimentos que comercializam comidas prontas na Feira do Produtor Rural e também em açougues no Mercado Municipal de Parauapebas. Há também acordos semanais em que o pagamento é em torno de R\$ 100,00, e acordos mensais em que o proprietário paga cerca de R\$ 500,00. O emprego da mão de obra familiar foi outra força de trabalho encontrada, 29% dos proprietários afirmaram adotar a mão de obra familiar, sem registros em carteira e inexistindo qualquer forma de regulação.

Foi possível notar de modo geral que a remuneração dos funcionários, independentemente de terem registro ou não, corresponde/ou não ultrapassa

a um salário mínimo³, valor que na maioria dos casos não é acompanhado de benefícios como vale-transporte, vale-refeição, cesta-básica, plano de saúde, etc.

Apropriação de técnicas modernas no contexto de uma economia pobre

Conforme Montenegro (2011, p. 56) “[...] as atividades da economia popular permitem definir o circuito inferior hoje como atividades pouco capitalizadas que apresentam um menor grau de tecnologia, mas não sua completa ausência”. Nesse contexto, nos pequenos negócios do circuito inferior das áreas selecionadas, pôde-se observar a utilização de instrumentos técnicos modernos como equipamentos de trabalho. O aparelho celular figura como um dos objetos técnicos mais generalizados no contexto de funcionamento dos pequenos estabelecimentos, mais que o telefone fixo, revelando a capilaridade de tal tecnologia, inclusive entre os estratos mais pobres da população.

A baixa adoção do telefone fixo segue os mesmos aspectos que tem marcado as cidades brasileiras como um todo, que é pela flexibilidade que o aparelho celular pode proporcionar e por conta do custo dos serviços para a manutenção de uma linha de telefone fixo ser mais alto. O aparelho celular é usado nas mais diversas finalidades: manter contato com clientes e fornecedores, fazer cobranças e também para manter contato entre familiares e amigos. É válido ressaltar também que o uso do celular dá-se também em razão das vendas e negociações serem feitas por meio do aplicativo *Whatsapp*, sendo uma ferramenta de trabalho imprescindível.

O computador corresponde outro objeto técnico bastante utilizado como instrumento de trabalho nos empreendimentos pesquisados. Foi possível notar que os estabelecimentos que usam computador têm acesso à internet. As lojas

³No período da pesquisa o valor do salário mínimo correspondia a R\$ 788,00.

que adotam o computador como ferramenta de trabalho também fazem uso das máquinas que realizam pagamentos em cartões de crédito e de débito. O fato de utilizarem a *internet* no local estimula a adoção deste equipamento.

No circuito inferior é comum o emprego de objetos técnicos usados e a reutilização de insumos. Notamos que os pequenos negócios de prestação de serviços, principalmente aqueles que fazem assistência técnica (relojoarias, oficinas de recuperação de aparelhos celulares, de assistência técnica em informática, telecomunicação, motocicletas, bicicletas e de ferragens), recorrem muito à reutilização de insumos. Alguns destes estabelecimentos compram objetos usados com defeitos ou quebrados para consertá-los com insumos usados e posteriormente revendê-los, como é o caso de algumas oficinas de bicicleta, de conserto de painéis e sapatos usados e também dos estabelecimentos que vendem produtos (móveis, eletrônicos, eletrodomésticos) usados no bairro Rio Verde.

Outra questão que merece ser pontuada é que a adoção de estratégias publicitárias não é uma especificidade do circuito superior (tal como Milton Santos reconheceu originalmente, ao formular a teoria dos circuitos na década de 1970). Com a popularização de objetos técnicos e de comunicação, o uso de técnicas modernas da informação tem sido cada vez mais utilizado também pelas atividades do circuito inferior para a elaboração criativa de estratégias de propaganda.

Embora nos pequenos negócios das áreas pesquisadas a prática de veiculação de publicidade em televisão e em rádio seja praticamente nula, concretizam-se outros tipos, baseados em estratégias criativas e pouco capitalizadas. O popular “boca a boca” figura como o tipo de publicidade predominante. Placas, banners, folders, cartazes, faixas e caixas de som colocadas em frente ao estabelecimento, comumente com propaganda gravada em estúdio ou com alguma pessoa fazendo-a em tempo real (com o uso do microfone) figuram também como outros tipos de publicidades bastante usadas nas áreas pesquisadas (**Ver imagem 1**).

Ademais, alguns estabelecimentos contratam carros de som, motocicletas ou bicicletas de som para fazer propaganda nas principais ruas da cidade, principalmente em datas comemorativas como o Dia das Mães, o Dia dos Namorados, as festas juninas e as celebrações de fim de ano (natal e *réveillon*). Há situações em que o proprietário equipa seu próprio veículo – carro, moto ou bicicleta – com aparelhos de som para realizar a divulgação de mercadorias e serviços a custos mais baixos.



Imagem 1 - Tipos de publicidades realizadas pelo circuito inferior.

Os proprietários afirmaram usar também as redes sociais, em especial o *Facebook*, como instrumento de publicidade. Alguns adotam ainda aplicativos como o *Whatsapp*, *Instagram*, *OLX*, ou criam páginas de *blogger* na internet como ferramentas publicitárias, indicando, desse modo, a apropriação das tecnologias pelos agentes do circuito inferior da economia.

Os proprietários, além de fazer publicidade em seus perfis pessoais no *Facebook*, participam de páginas de grupos, sobretudo naqueles especializados para compra, venda, trocas e realização de serviços. A publicidade no *Whatsapp* consiste no envio de mensagens de textos, fotos e de áudios dos produtos comercializados e serviços prestados para amigos como também para grupos.



Imagem 2 - Formas de publicidades do circuito inferior nas redes sociais

Com relação ao material de publicidade, a maior parte é produzida pelo proprietário do estabelecimento. As que exigem maior esforço de elaboração, como banners, ou então as gravadas em áudio, são feitas em pequenas empresas especializadas. Esse fato, além de revelar a adoção do circuito inferior de técnicas modernas de informação, expressa por outro lado o aspecto autoinflacionário do circuito inferior, uma vez que “[...] o fracionamento e a descontinuidade das atividades do circuito inferior criam uma multiplicidade de serviços de contatos e de articulação, assim como uma cadeia de outras atividades” (SANTOS, 2008, p. 252).

Origem das mercadorias, matérias-primas e insumos

No que tange à procedência das mercadorias, da matéria-prima e dos insumos usados nos pequenos negócios das áreas analisadas, constatou-se que em 52% (Gráfico 3) dos pequenos negócios pesquisados, as mercadorias, matérias-primas e insumos são provenientes de outras cidades do país, o que implica no forte aumento dos custos e, por conseguinte, dos preços dos produtos e serviços

comercializados. As pequenas lojas de confecções, calçados e bolsas têm as cidades de Goiânia-GO, Santa Cruz-PE e Fortaleza-CE como principais centros de compras. As aquisições nessas cidades, boa parte das vezes, acontecem por meio de excursões em ônibus fretados para este fim. São Paulo aparece como outro polo de compras, principalmente de eletrônicos, de acessórios, de brinquedos, de produtos importados e também de confecções, calçados e bolsas.

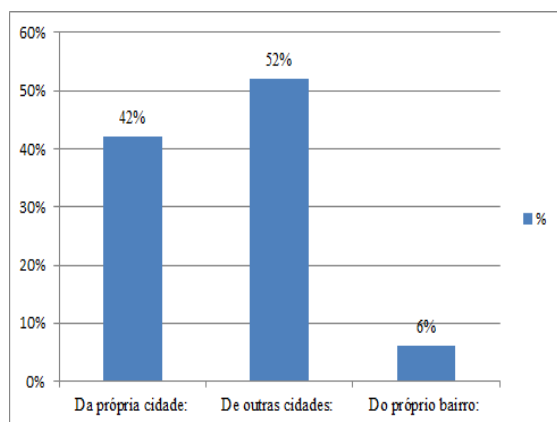


Gráfico 3: Origem das mercadorias, matérias-primas e insumos. Fonte: Dados organizados pelo autor com base no trabalho de campo

No entanto, se a maioria dos produtos comercializados na cidade é proveniente de outras cidades do país, 42% dos pequenos estabelecimentos pesquisados afirmaram que são abastecidos pela própria cidade. É o caso dos comércios de compra e venda de produtos usados no bairro Rio Verde. O material ali comercializado é abastecido pela própria população local, sobretudo pelos migrantes que deixam o município. As feiras e mercados presentes em Parauapebas também fazem uso da produção local para manter seu negócio funcionando, embora em pequena proporção, pois a maior parte dos produtos hortifrutigranjeiros que abastecem as feiras e mercados é oriunda de outros

estados do país. A produção local que abastece as feiras e mercados do município é realizada pelos pequenos agricultores de projetos de reforma agrária, entre eles o Assentamento Palmares I e II, além da produção dos trabalhadores sem-terra acampados à margem da rodovia PA-275. Já os pequenos negócios que se abastecem no próprio bairro representaram um percentual de 6%.

A forte dependência de Parauapebas em relação a outras cidades do Brasil para abastecer os pequenos negócios do circuito inferior presentes no município deve-se, fundamentalmente, ao fato da sua condição de ser fortemente especializada no setor de mineração industrial, ou seja, praticamente não há promoção de outras atividades econômicas no município, daí a necessidade de intercâmbios vastos no território, demonstrando a amplitude das relações que abastecem o circuito inferior da economia urbana.

Abrangência limitada do mercado

Ao contrário da grande indústria de mineração, que tem um mercado consumidor longínquo, dos pequenos negócios do circuito inferior nos espaços investigados, 86% destacaram que o mercado consumidor é oriundo da própria cidade. Outros 13% tem o mercado no próprio bairro. É válido pontuar que dentro do total dos 76 estabelecimentos que declararam que o mercado consumidor é oriundo da própria cidade, 24 (que em porcentagem representa 27%) afirmaram que o consumo é também realizado por clientes de alguns municípios circunvizinhos, tais como Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás e Água Azul do Norte.

Outro ponto do questionário, respondido pelos proprietários pesquisados, é que o mercado de suas atividades já foi maior e que a atual crise econômica e política tem afetado seu crescimento, uma vez que tem implicado diretamente na queda do número de vendas e/ou de prestação de serviços, tal situação é tida para os proprietários como uma das principais dificuldades.

Num cenário de forte competitividade, devido à proliferação de várias atividades do circuito inferior e de instalação de empreendimentos do circuito superior no município, os proprietários informaram que os próprios pequenos negócios que compõem o circuito inferior são os principais concorrentes de suas atividades, além das grandes empresas do circuito superior em expansão no município. Entretanto, os proprietários, sob o discurso de que toda pessoa “tem direito a trabalhar”, “a ganhar seu dinheiro” e que o mercado consumidor do município “é grande e bem plural”, consideram que há mercado para todos, tanto para os pequenos negócios quanto para as grandes empresas.

O sentido das ações do poder público na economia pobre

A interferência do poder público acontece tanto no circuito superior quanto no inferior, porém a intervenção nos dois circuitos concretiza-se de maneira diferente, uma vez que a concepção e os interesses que o poder público tem acerca dos dois circuitos são distintos. Se as atividades do circuito superior são favorecidas com a interferência do poder público, que ocorre na concessão de vantajosos incentivos fiscais e creditícios, o mesmo não acontece com as atividades do circuito inferior, visando assim, geralmente, a sua anulação (SANTOS, 2008; PEREIRA, 2009; MONTENEGRO 2006, 2011).

Diferente do circuito superior, que conta com benefícios do poder público, os proprietários dos pequenos estabelecimentos afirmaram não contar com nenhuma ajuda, expressando assim um sentimento de abandono pelo governo. De acordo com o que levantamos nos questionários, muitos gostariam de receber algum apoio, tanto do poder público municipal quanto do estadual, seja a isenção de taxas ou crédito mais barato, o que, segundo os proprietários, ajudaria muito no crescimento da atividade, como também no lucro, o que consequentemente implicaria em melhores condições de vida.

Mesmo diante de um cenário de adversidade – como a atual crise econômica e política, que implicou na queda das vendas ou prestação de serviços e a falta de apoio do poder público e as constantes intervenções/fiscalizações por ele realizadas, que se configuram, na avaliação dos comerciantes, como cerceamento ou perseguição, no sentido de banir seus pequenos negócios do espaço urbano, uma vez que o poder público as vê como uma “deseconomia”, uma atividade econômica que não paga impostos – os proprietários informaram estar satisfeitos com o trabalho que realizam e com o faturamento. Isso porque, mesmo enfrentando dificuldades, os rendimentos têm sido suficientes para garantir a sobrevivência de suas famílias. Assim, os agentes do circuito inferior pesquisados não têm a intenção de mudar de ramo, profissão ou negócio a longo prazo. Entre os motivos, argumentam que além de gostarem do trabalho que realizam, muitos não têm dinheiro e nem habilidades para investir em outra atividade profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parauapebas é o município no Sudeste do Pará mais atingido pela modernização corporativa da grande mineração, onde os efeitos são mais expressivos, pois comporta os principais projetos minerários da Companhia Vale no Sistema Norte. Decorrente da exploração das minas ferríferas presentes em seu território, o município de porte médio tem se destacado na arrecadação do estado, sendo a maior economia industrial de todo o Pará, ultrapassando o peso econômico da capital, Belém. Todavia, a cidade não foi pensada tal como foi o mercado da indústria de mineração, onde ao menos parte do capital gerado pudesse ser internalizado ou distribuído.

Assim, ao mesmo passo que o município se destaca no conjunto da economia paraense, ocorre por outro lado a acentuação das disparidades econômicas,

sociais e territoriais, como também a expansão e diversificação das formas de manifestação de trabalho não modernas, pouco capitalizadas e de pouca organização, que constituem o chamado circuito inferior da economia urbana. Desse modo, Parauapebas configura um espaço dividido, fragmentado, composto por agentes de diversos capitais, tecnologia e organização.

A expansão de atividades do circuito inferior em Parauapebas parte de um contexto amplo, advindo da modernização e da racionalização do território que, por sua vez, resulta do próprio alargamento da pobreza no país. A Companhia Vale S.A. se destaca no processo de automação em seu processo produtivo, ou seja, no alto investimento em dispositivos mecânicos e eletrônicos. Por outro lado, o número de migrantes pobres, desempregados e sem qualificação profissional no setor de mineração em busca de emprego na multinacional ou em suas subcontratadas é cada vez mais crescente.

A partir da análise empírica realizada, pode-se asseverar que a moderna indústria de mineração, ao promover o crescimento econômico, acaba por produzir e expandir a pobreza urbana. Essa população excluída/não inserida na grande indústria de mineração que desenvolve usos não hegemônicos do território e se lança na produção de outras racionalidades na busca cotidiana de garantias de sobrevivência tem por meio da realização dessas atividades da economia pobre melhorado suas condições vida, as faixas de lucros que alguns dos entrevistados relataram afirmam isso.

Concentradas nos espaços que apresentam condições vantajosas (principalmente aqueles que possuem grande circulação de pessoas) para realização e reprodução de atividades não modernas, pouco capitalizadas e pouco organizadas, o circuito inferior nas áreas analisadas (bairros Cidade Nova e Rio Verde) tem ganhado força, pois embora seja caracterizado pelo trabalho intensivo, precário e visto erroneamente como uma deseconomia pelo poder

público, oferece para a maioria da população pobre do município oportunidades de geração de renda.

Portanto, compreendendo Parauapebas a partir da teoria dos dois circuitos da economia urbana de Milton Santos, conclui-se que o mesmo espaço que é usado em função dos agentes hegemônicos de modo racional, sistemático, burocrático com grandes somas de capitais e com ajuda governamental, tendo como lógica a acumulação de capital, é usado concomitantemente por agentes não hegemônicos pouco capitalizados e de pouca organização; um uso que emana do próprio lugar e que tem como preocupação primeira garantir a sobrevivência dos mais pobres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECKER, Bertha Koiffmann. **Geopolítica da Amazônia: A nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1982.
- _____. **Amazônia**. São Paulo: Editora Ática, 1997.
- BROWDER, Jhon O; GODFREY, Brian J. **Cidades da floresta: urbanização desenvolvimento e globalização na Amazônia brasileira**. Manaus: Editora Universidade Federal do Amazonas, 2006.
- FUNDAÇÃO AMAZÔNICA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS DO PARÁ. **Estatística Municipal – Parauapebas**. Parauapebas - Pará. 2020.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos Demográficos**.
- MONTENEGRO, Marina Regitz. **O circuito inferior da economia na cidade de São Paulo no período da globalização**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas- FFLCH-USP. São Paulo, 2006.
- _____. **Globalização, trabalho e pobreza no Brasil metropolitano: O circuito inferior da economia urbana em São Paulo, Brasília, Fortaleza e Belém**.

Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - FFLCH-USP. São Paulo, 2011.

PARAUAPEBAS, Prefeitura Municipal. **Plano Diretor Participativo do Município de Parauapebas**. LEI Nº. 4.328 DE 30 DE OUTUBRO DE 2006. Institui o Plano Diretor Participativo do Município de Parauapebas e dá outras providências. 70 f. Parauapebas: Prefeitura Municipal, 30 out. 2006.

PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. **O processo recente de atualização do território no sudoeste da Amazônia: lógicas exógenas e dialéticas endógenas em Rondônia e Acre**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas - IGCE/UNESP. Rio Claro, 2009.

PIQUET, Róselia. **Cidade-Empresa: presença na paisagem urbana brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVEIRA, M. L. Modernização contemporânea e nova constituição dos circuitos da economia urbana. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 19, n. 2, p. 246-262, ago. 2015. ISSN 2179-0892.

_____. Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo. **Caderno CRH**. Salvador, v. 22, n. 55, p. 65-76, jan./abr. 2009.

_____. Globalización y circuitos de la economía urbana em ciudades brasileñas. **Cuadernos del Cendes**. v.21, n.57, p.1-27, Jul-Out. Caracas. 2004.

SOUZA, André Santos. **Dinâmica Socioeconômica e Trabalho na Amazônia: Análise do Município de Parauapebas a Partir da Migração de Trabalhadores Maranhenses da Mineração**. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na

Amazônia) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, 2014.

VALE. **Nossa história**, 2012. Disponível em: www.vale.com/brasil/pt/aboutvale/book-our-history/paginas/default.aspx. Acesso em: 2 mar.2018.

_____. **Ferro Carajás S11D: um novo impulso ao desenvolvimento sustentável do Brasil**. 2013. Disponível em: www.vale.com/PT/initiatives/innovation/s11d/Documents/book-s11d-2013-pt.pdf. Acesso em: 2 mar.2018.

_____. **A Vale em Parauapebas**. 2014. Disponível em: www.vale.com/pt/aboutvale/sustainability/links/linkdownloadsdocuments/relatorio-vale-parauapebas-2014.pdf. Acesso em: 2 mar.2018.